



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 13/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m², localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO.

### **DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,**

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade dessa Comissão de Licitação, bem como do Agente de Contratação abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00586/26** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, foi efetuada pelo setor de compras da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO GLOBAL) foi definido pela **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, conforme se extrai, do **Processo Administrativo nº 1135/2026/2026**.

Chupinguaia – RO, 01 de julho de 2026

**SINDOVAL GONÇALVES**  
Agente de Contratação



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 13/2026**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO**

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Concorrência Eletrônica** sob o nº **13/2026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m², localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO.

**DA SESSÃO**

**INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 02 de julho de 2026.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 23 de julho de 2026.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

**LOCAL:** A Concorrência Eletrônica será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Agente de Contratação e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, à Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Agente de Contratação: SINDOVAL GONÇALVES. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e [cplmochupinguaia@hotmail.com](mailto:cplmochupinguaia@hotmail.com).

**DA RETIRADA:** O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 01 de julho de 2026



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**CONCORRÊNCIA Nº. 13/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

### **Ampla Participação**

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através de seu Agente de Contratação, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Concorrência Eletrônica** sob o nº **13/2026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **01 – DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m², localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

01.1 – A licitação será realizada em grupo único, formados por 07 itens, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência e ainda Anexo XI - B deste edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

01.2 – Para a execução dos serviços correspondentes à presente licitação serão destinados os recursos financeiros no montante de **R\$: 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos)**.

## **02 – AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE LICITAÇÃO CORRERÃO A CONTA DOS SEGUINTE PROGRAMAS:**

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

**020701 - ATIVIDADES DO ENSINO BASICO**

**12.361.0037.1984.0001 - TERMO DE CONVÊNIO Nº 215/2026/PGE-SEDUC-REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA VALTER JOSÉ ZANELLA**

**4.4.90.51.99 - OUTRAS OBRAS E INSTALACOES**  
**793; 794**

## **03 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

03.1 – A participar nesta modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos; na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



I – Como requisito para participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, o licitante deverá manifestar no ANEXO XI – Carta Proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

03.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

03.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

03.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

03.5 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

03.6 – Não poderão disputar esta licitação:

I – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII – Agente público do órgão ou entidade licitante;

IX – Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

X – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



XI – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

03.7 – O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

03.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

03.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

03.10 – O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

03.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

03.12 – A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **04 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

04.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

04.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

04.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III – Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



04.4 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

04.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

04.6 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

04.7 – A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

04.8 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

04.9 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

04.10 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

04.11 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I – A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II – Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

04.12 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

04.13 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

04.14 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



04.15 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **05 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I – Valor ou desconto unitário do item;

b) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

I – O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

c) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

d) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

e) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

f) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

g) Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

h) A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

i) O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

### **05.1 – FORMA, LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**Conforme o estabelecido nos itens 7, 9, 10, 19, 24 e 26 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

05.1.1 – O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **06 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



06.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

06.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

06.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

06.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

06.5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor global por lote.

06.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

06.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

06.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

06.9 – O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

06.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

06.11 – Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

I – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

II – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

III – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

IV – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

V – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

06.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

06.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



06.14 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

06.15 – No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

06.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

06.17 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

06.18 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

I – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

II – A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

III – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

IV – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

06.19 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

06.20 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

06.21 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – Empresas brasileiras;

III – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

06.22 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

06.23 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

06.24 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

I – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

II – O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

III – O É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, desde que tal solicitação de prorrogação ocorra antes de findar o prazo descrito no subitem anterior.

06.25 – Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 – DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e,



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



II – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

I – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

II – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

III – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 – Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 deste edital.

7.6 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

I – Contiver vícios insanáveis;

II – Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

III – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

I – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

II – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

III – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 – Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



I – Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

II – No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

III – No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

IV – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 – Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

I – Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

II – Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

III – Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

IV – Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

V – Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

I – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

II – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 – Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **08 – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

08.1 – Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

08.2 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

I – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação será traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

08.3 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda autenticada por servidor da Administração Pública de qualquer das esferas públicas.

08.4 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



08.5 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

08.6 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

08.7 – O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

08.8 – Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

I – O licitante junto com os documentos de habilitação deverá apresentar Atestado de Visita ao Local da Obra, realizada pelo profissional que exercerá a função de responsável técnico da obra (Engenheiro/Arquiteto da Licitante interessada no certame), expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços emitido com antecedência mínima de 03 (três) dias anteriores a data de apresentação das propostas. conforme modelo constante no **Anexo VII**, sob pena de inabilitação.

II – Ficando facultado às licitantes interessadas no certame efetuar a comprovação da visita através de Declaração formal firmada pelo Representante Legal da Licitante e do Profissional Responsável Técnico da Empresa, afirmando que vistoriou o Local da Obra e que tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços desta concorrência, conforme modelo constante no **Anexo X**, ou ainda, Declaração formal firmada pelo Representante Legal da Licitante, afirmando que não vistoriou ao Local da Obra, porém tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços desta concorrência, e que se responsabiliza por eventuais imprevistos que venha a ocorrer pela falta de visita técnica, conforme modelo constante no **Anexo XII**, ambas podendo serem firmadas com a data da licitação.

III – O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, devendo as visitas ao Local da Obra em Licitação, deverão ser agendados via telefone (069) 3346 1218, setor de engenharia ou ainda, pessoalmente junto a Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN, com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, onde o Secretário, indicará a pessoa responsável para acompanhamento, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

IV – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

08.9 – A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



I – Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

II – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

III – Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

08.10 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

08.11 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

08.12 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

08.13 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

08.14 – A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

08.15 – Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9 – DOS RECURSOS**

9.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



II – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

III – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

IV – Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://chupinguaia.ro.gov.br/>.

## **10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**Conforme o estabelecido no item 18 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Conforme o estabelecido no item 17 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

## **12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

I – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

II – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

III – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

IV – Deixar de apresentar amostra; ou

V – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.2 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

I – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.3 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.4 – Fraudar a licitação

12.5 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

I – Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

II – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.6 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.7 – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.8 – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar; e

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida.

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.13 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícito, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.14 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.15 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.16 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.17 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.18 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.19 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.20 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.21 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.22 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.23 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e pelo e-mail: [cplmochupinguaia@hotmail.com](mailto:cplmochupinguaia@hotmail.com)

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



14.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

14.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://Chupinguaia.ro.gov.br/>.

14.11 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 – ANEXO I – Projeto Básico

14.11.2 – ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3 – ANEXO III – Documentos Necessários para Habilitação

14.11.4 – ANEXO IV – Projeto Executivo

14.11.5 – ANEXO V – Termo de Compromisso

14.11.6 – ANEXO VI – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

14.11.7 – ANEXO VII – Atestado de Visita

14.11.8 – ANEXO VIII – Declaração de Cumprimento as Disposições Concernentes a NR-18

14.11.9 – ANEXO IX – Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da CF

14.11.10 – ANEXO X – Declaração de Visita

14.11.11 – ANEXO XI – Carta Proposta

14.11.12 – ANEXO XII – Declaração de não Visita Técnica

14.11.13 – ANEXO XIII – Declaração de Inexistência de Servidores Públicos no Quadro de Pessoal



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



14.11.14 – ANEXO XIV – Declaração de Inidoneidade

14.11.15 – ANEXO XV – Declaração de ciência e compromisso – Art. 59-A do ECA..

Chupinguaia – RO, 01 de julho de 2026.

**SINDOVAL GONÇALVES**  
Agente de Contratação  
Dec. nº 23/2025



## **ANEXO I – PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO**

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1** O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, administrativas e operacionais para a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à **Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella**, com área total de intervenção de **1.115,20 m<sup>2</sup>**, localizada na **Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé, Município de Chupinguaia/RO**.

A presente contratação será realizada pela **Secretaria Municipal de Educação SEMED**, sob a gestão da Secretária Municipal de Educação, **Sra. Maria Cândida Gurgel**, visando promover melhorias na infraestrutura física da unidade escolar, garantindo condições adequadas de segurança, acessibilidade, conforto, funcionalidade e qualidade para o desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e de apoio.

A reforma e ampliação contemplarão intervenções estruturais, arquitetônicas, elétricas, hidrossanitárias, de acessibilidade, cobertura, revestimentos, pintura, instalações complementares e demais serviços previstos nos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias que integram o presente processo.

A contratação observará integralmente as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como as demais legislações pertinentes às obras e serviços de engenharia, normas técnicas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT**, regulamentações dos órgãos de controle, orientações do Tribunal de Contas, normas de segurança do trabalho, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e demais exigências legais aplicáveis.

A execução da obra deverá ocorrer de forma planejada e segura, considerando que os serviços serão realizados em ambiente escolar, exigindo da contratada a adoção de medidas específicas de isolamento, sinalização, proteção coletiva e individual, controle de riscos, gestão de resíduos e preservação da integridade física de alunos, servidores, visitantes e trabalhadores envolvidos na execução dos serviços.

O empreendimento será executado mediante recursos provenientes do **Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC**, celebrado entre o Município de Chupinguaia e o Governo do Estado de Rondônia, constituindo investimento essencial para a melhoria da qualidade da educação pública ofertada aos estudantes do Distrito de Guaporé e região.

### **2. OBJETO**

**2.1** Constitui objeto do presente Projeto Básico a contratação de empresa especializada para a execução da **Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella**, localizada na **Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé, Município de Chupinguaia/RO**, com área total de intervenção de **1.115,20 m<sup>2</sup>**.

**2.2** Os serviços compreendem a execução de obras civis e instalações complementares, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo, incluindo, entre outros:

- a)** Serviços preliminares e administração da obra;
- b)** Demolições, remoções e adequações necessárias;
- c)** Movimentação de terra e preparação do terreno;
- d)** Execução de alvenarias, divisórias, gradis e demais elementos de vedação;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- e) Reforma, adequação e ampliação da cobertura existente;
- f) Execução de revestimentos internos e externos;
- g) Instalação e substituição de esquadrias;
- h) Serviços de pintura em áreas internas e externas;
- i) Instalações hidrossanitárias e sistemas de drenagem;
- j) Instalações elétricas, cabeamento estruturado e adequações da subestação;
- k) Sistemas de prevenção e combate a incêndio;
- l) Serviços de acessibilidade, segurança e adequação às normas vigentes;
- m) Urbanização, limpeza final e demais serviços necessários à perfeita execução do empreendimento.

**2.3** A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as especificações constantes dos projetos e memoriais, as exigências dos órgãos competentes, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

**2.4** O regime de execução da obra será o de **empreitada por preço global**, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, seguros, administração e todos os demais custos necessários à completa e adequada execução do objeto contratado.

**2.5** A obra tem por finalidade proporcionar melhores condições de ensino, aprendizagem, acessibilidade, segurança, conforto e funcionalidade à comunidade escolar, garantindo infraestrutura adequada para atendimento dos alunos, professores, servidores e demais usuários da unidade educacional.

### 3. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M.E.I.E.F. VALTER JOSÉ ZANELLA COM UMA ÁREA DE INTERVENÇÃO TOTAL DE 1.115,20M2, LOCALIZADA À RUA ULISSES GUIMARÃES, QUADRA 07, LOTE 01-B, DISTRITO DO GUAPORÉ, CHUPINGUAIA-RO/TERMO DE CONVÊNIO N.º 215/2026/PGE-SEDUC	01	SER.	1.613.392,77	1.613.392,77
VALOR TOTAL R\$					1.613.392,77



### 3.2 Planilha Orçamentária

[Planilha Orçamentária 1 de 10/06/2026 \(ID 861510\)](#)

## 4. JUSTIFICATIVA

**4.1** A presente contratação justifica-se pela necessidade de reforma e ampliação da E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, unidade escolar que desempenha papel fundamental no atendimento educacional da comunidade do Distrito do Guaporé.

Atualmente a escola atende aproximadamente 255 alunos, sendo 201 da rede municipal e 54 da rede estadual, necessitando de adequações estruturais para garantir melhores condições de ensino, segurança, acessibilidade, conforto e funcionalidade dos ambientes escolares.

A intervenção contempla melhorias em salas de aula, áreas administrativas, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, cobertura, acessibilidade, espaços de convivência e demais ambientes pedagógicos, proporcionando infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades educacionais.

A contratação decorre da celebração do Termo de Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC, cujo objeto é a Reforma e Ampliação da Escola Valter José Zanella, visando assegurar a continuidade e melhoria dos serviços públicos de educação ofertados à população.

A não realização da obra poderá comprometer a qualidade dos serviços educacionais prestados, ocasionando riscos à segurança dos usuários, limitações operacionais e prejuízos ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

## 5. DO CUSTO DOS SERVIÇOS

**5.1** O valor estimado para a execução da obra de **Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella**, localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé, Município de Chupinguaia/RO, é de **R\$ 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos)**.

**5.2** O orçamento foi elaborado com base nos referenciais oficiais de custos da construção civil, utilizando as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI e do Sistema de Custos Referenciais de Obras SICRO, observando os parâmetros técnicos vigentes para obras públicas.

**5.3** O valor estimado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração local da obra, encargos sociais e trabalhistas, tributos, seguros, licenças, programas de segurança do trabalho, gerenciamento de resíduos, equipamentos de proteção individual e coletiva e demais despesas necessárias à conclusão integral dos serviços.

**5.4** Os recursos financeiros para execução do empreendimento serão provenientes do **Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC**, celebrado entre o Município de Chupinguaia e o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação SEDUC, sendo composto por:

I Repasse da Concedente (SEDUC): R\$ 1.286.791,39 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos);

II Contrapartida do Município de Chupinguaia: R\$ 326.601,38 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e um reais e trinta e oito centavos);





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**5.5** Os quantitativos, especificações técnicas e preços unitários encontram-se detalhados na Planilha Orçamentária, Memorial de Cálculo, Cronograma Físico- Financeiro e demais documentos técnicos integrantes do presente Projeto Básico.

**5.6** O critério de julgamento da licitação será o de **Menor Preço Global**, em regime de **Empreitada por Preço Global**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR

**6.1** A estimativa do valor da contratação para execução da obra de **Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella**, localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé, Município de Chupinguaia/RO, corresponde ao montante de **R\$ 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos)**.

**6.2** A estimativa foi obtida com base nos projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária elaborada por profissional habilitado, utilizando como referência os sistemas oficiais de custos da construção civil, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3** O valor estimado contempla todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, tributos, administração local, mobilização e desmobilização, transporte, equipamentos de proteção individual e coletiva, gerenciamento de resíduos, seguros e demais despesas necessárias à completa execução do objeto.

**6.4** A composição financeira do empreendimento está assim distribuída:

a) **Recursos provenientes da Secretaria de Estado da Educação SEDUC/RO (Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC): R\$ 1.286.791,39 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos);**

b) **Contrapartida financeira do Município de Chupinguaia: R\$ 326.601,38 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e um reais e trinta e oito centavos);**

**6.5** A Administração utilizará o valor estimado como referência para análise da vantajosidade das propostas apresentadas durante o procedimento licitatório, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

**6.6** O orçamento detalhado integra os anexos deste Projeto Básico e servirá como instrumento de controle, fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

## 7. FORMA DE EXECUÇÃO

**7.1** A execução da obra ocorrerá mediante celebração de contrato administrativo decorrente do competente procedimento licitatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Projeto Básico, dos projetos executivos, especificações técnicas, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes do processo.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**7.2** Após a homologação do certame e assinatura do contrato, será emitida a respectiva Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Educação SEMED, autorizando o início da execução da obra.

**7.3** A empresa contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

**7.4** A execução da obra deverá ocorrer sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes e demais insumos necessários à completa execução do objeto.

**7.5** Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com os projetos, memoriais, especificações técnicas, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, legislações aplicáveis, normas de segurança do trabalho e orientações da fiscalização da obra.

**7.6** Os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas do projeto, sendo vedada a utilização de materiais de qualidade inferior à prevista. A fiscalização poderá exigir ensaios, certificados, laudos ou substituição de materiais que não atendam às exigências contratuais.

**7.7** A contratada deverá manter no local da obra equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços, bem como responsável técnico devidamente habilitado junto ao CREA ou CAU, com Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à execução da obra.

**7.8** Considerando tratar-se de intervenção em unidade escolar em funcionamento, a contratada deverá adotar medidas permanentes de segurança, isolamento, sinalização e controle de acesso às áreas de obra, visando preservar a integridade física de alunos, professores, servidores e demais usuários da unidade educacional.

**7.9** A contratada deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico- financeiro aprovado pela Administração, responsabilizando-se pela execução das etapas previstas dentro dos prazos estabelecidos.

**7.10** As medições serão realizadas conforme os serviços efetivamente executados, atestados pela fiscalização da obra e de acordo com o cronograma físico- financeiro aprovado, observadas as condições estabelecidas no contrato.

**7.11** A solicitação de pagamento somente poderá ocorrer após a execução dos serviços correspondentes à etapa prevista no cronograma físico- financeiro, devidamente comprovados mediante boletim de medição, relatório fotográfico, diário de obra e demais documentos exigidos pela fiscalização.

**7.12** Durante toda a execução contratual, a contratada será responsável pela manutenção da limpeza, organização e segurança do canteiro de obras, bem como pela correta destinação dos resíduos gerados, observando a legislação ambiental vigente.

## **8. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOS CUSTOS**

**8.1** O valor global estimado para a execução da obra de **Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella** é de **R\$ 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos)**, conforme Planilha Orçamentária,



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Memorial de Cálculo, Cronograma Físico- Financeiro, Projetos Executivos e demais documentos técnicos integrantes do processo.

**8.1.1** Os recursos financeiros destinados à execução do empreendimento são provenientes do **Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC**, celebrado entre o Município de Chupinguaia e o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação SEDUC, observada a seguinte composição:

**I Repasse da Concedente (SEDUC): R\$ 1.286.791,39 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos);**

**II Contrapartida financeira do Município de Chupinguaia: R\$ 326.601,38 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e um reais e trinta e oito centavos);**

**8.2** Nos preços contratados estarão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, compreendendo materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, armazenamento, mão de obra especializada e não especializada, administração local da obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, taxas, tributos, despesas indiretas, lucro, equipamentos de proteção individual e coletiva, programas de segurança do trabalho e demais custos indispensáveis à completa execução do objeto.

**8.3** As medições serão realizadas de acordo com os serviços efetivamente executados, observando-se os quantitativos previstos na planilha orçamentária e no cronograma físico- financeiro aprovado.

**8.4** O valor de cada medição será obtido mediante a aplicação dos quantitativos efetivamente executados aos respectivos preços unitários contratados, devidamente atestados pela fiscalização da obra.

**8.5** Concluída a medição, esta deverá ser formalizada mediante boletim de medição, relatório fotográfico, diário de obra atualizado e relatório técnico da fiscalização, integrando os autos do processo administrativo para fins de liquidação da despesa.

**8.6** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em conta indicada pela contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pelo gestor responsável, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.7** Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura:

**I** Certidão de Regularidade do FGTS;

**II** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**III** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

**IV** Certidões de Regularidade Estadual e Municipal;

**V** Comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais relacionados aos empregados vinculados à execução da obra, quando exigido pela fiscalização.

**8.8** Em havendo alteração contratual que aumente os encargos da contratada, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observadas as hipóteses previstas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**8.9** O setor competente para proceder ao pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos necessários à liquidação da despesa, especialmente:

- a) identificação da contratada;
- b) número do contrato;
- c) descrição dos serviços executados;
- d) período de execução correspondente à medição;
- e) valor devido;
- f) retenções tributárias cabíveis;
- g) demais informações exigidas pela legislação vigente.

**8.10** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, não acarretando ônus à Administração.

**8.11** Os pagamentos ocorrerão mediante medição realizada pela fiscalização da obra, acompanhada da assinatura do responsável técnico da contratada e da aprovação da Secretaria Municipal de Educação SEMED, observando-se o cronograma físico- financeiro e as disposições contratuais.

**8.12** Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal vigente, inclusive ISSQN, INSS, IRRF e demais tributos aplicáveis, quando cabíveis.

**8.13** A retenção do Imposto de Renda na Fonte observará as disposições do Decreto Municipal nº 2.556, de 17 de outubro de 2023, bem como a legislação federal pertinente.

## **9. CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO**

**9.1** Após a homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto, será celebrado o respectivo Contrato Administrativo entre o Município de Chupinguaia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação SEMED, e a empresa vencedora do certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**9.2** O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**, contados da data de sua assinatura, abrangendo a execução dos serviços, recebimento provisório, recebimento definitivo, tramitação de medições e demais atos necessários ao encerramento contratual.

**9.3** O prazo para execução da obra será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da emissão e recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, conforme previsto no Projeto Executivo e Memorial Descritivo que integram o presente Projeto Básico.

**9.4** A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração.

**9.5** A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente ao Cronograma Físico- Financeiro aprovado pela fiscalização, cabendo à contratada adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento dos prazos estabelecidos.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**9.6** Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e autorização da Administração, observadas as hipóteses previstas nos artigos 105, 106, 107, 111 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.7** Nos contratos que prevejam a conclusão de escopo predefinido, a vigência poderá ser prorrogada quando o objeto não for concluído no prazo inicialmente estabelecido, desde que comprovadas as circunstâncias previstas no artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e mantidas as condições de vantajosidade para a Administração.

**9.8** Eventuais atrasos decorrentes de caso fortuito, força maior, alterações de projeto, fatos imprevisíveis, interferências de concessionárias, condições climáticas excepcionais ou determinações da Administração deverão ser devidamente comprovados pela contratada para análise da fiscalização e eventual prorrogação contratual.

**9.9** O encerramento do contrato ficará condicionado à conclusão integral do objeto, emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo, apresentação do "as built", quando exigido, e cumprimento de todas as obrigações contratuais pela contratada.

## **10. DO LOCAL DA OBRA**

**10.1** A execução dos serviços objeto deste Projeto Básico será realizada na **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella**, localizada na **Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé, Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia**, com área total de intervenção de **1.115,20 m²**.

## **11. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO**

**11.1** Após a homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto, a Administração convocará a empresa vencedora para assinatura do Contrato Administrativo, conforme minuta integrante do Edital de Licitação.

**11.2** A adjudicatária deverá assinar o Contrato Administrativo no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração, nos termos do § 1º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.3** A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

**11.4** Constitui condição indispensável para emissão da Ordem de Serviço que o Contrato Administrativo esteja devidamente assinado pelas partes, publicado na forma da lei e acompanhado da documentação de habilitação atualizada exigida para a contratação.

**11.5** A contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou Registro de Responsabilidade Técnica RRT referente à execução da obra, bem como indicar formalmente o responsável técnico pelos serviços.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**11.6** A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada ao cumprimento de todas as exigências legais, técnicas e administrativas previstas no edital, contrato, projetos, especificações técnicas e demais documentos integrantes do processo.

**11.7** Os pagamentos somente poderão ser processados após a formalização contratual, publicação do extrato do contrato, emissão da Ordem de Serviço, realização das medições dos serviços efetivamente executados e cumprimento das demais exigências previstas neste Projeto Básico e no instrumento contratual.

## **12. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**12.1** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a rescisão do contrato administrativo, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante processo administrativo regularmente instaurado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2** Constituem motivos para rescisão contratual aqueles previstos na legislação vigente, especialmente o descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos, prazos, determinações da fiscalização, bem como a paralisação injustificada dos serviços, a perda das condições de habilitação e demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.3** A rescisão poderá ocorrer:

I por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legalmente previstas;

II de forma consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

III por decisão arbitral, quando admitida em contrato;

IV por decisão judicial.

**12.4** A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devidamente motivada nos autos do processo administrativo.

**12.5** A contratada reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstos na legislação, especialmente quanto à assunção imediata do objeto, ocupação e utilização do canteiro de obras, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução contratual, quando legalmente cabível.

**12.6** A rescisão determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, observadas as disposições legais, a retenção de créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos comprovadamente causados ao Município, bem como das multas eventualmente aplicadas e demais encargos decorrentes da inadimplência contratual.

**12.7** A extinção do contrato não eximirá a contratada das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e técnicas decorrentes da execução dos serviços, permanecendo válidas as garantias legais e contratuais previstas para a obra.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**12.8** Nos casos de rescisão contratual, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, visando assegurar a continuidade da execução do objeto e a preservação do interesse público.

### **13. DO ACRÉSCIMO, REDUÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO**

**13.1** O contrato decorrente desta contratação poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica, autorização da autoridade competente e formalização por meio de termo aditivo.

**13.2** A Administração poderá promover acréscimos ou supressões quantitativas no objeto contratado, observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

**13.3** Nas hipóteses de supressão superior aos limites legalmente estabelecidos, a redução somente poderá ocorrer mediante acordo entre as partes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.4** Os reajustes contratuais observarão o princípio da anualidade, nos termos do artigo 2º, § 1º, e artigo 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001, sendo concedidos após transcorrido o período mínimo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data-base prevista no edital e no contrato.

**13.5** Para fins de reajustamento dos preços contratados, será adotado o **Índice Nacional de Custo da Construção INCC**, divulgado pela Fundação Getulio Vargas FGV, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**13.6** O reajuste deverá ser solicitado pela contratada mediante requerimento formal, acompanhado da memória de cálculo correspondente, cabendo à Administração analisar a regularidade do pedido e promover, quando devido, a formalização do respectivo termo de apostilamento ou instrumento equivalente.

**13.7** Os atrasos na execução dos serviços ocasionados exclusivamente por culpa da contratada não gerarão direito à concessão de reajuste, repactuação, revisão ou qualquer forma de recomposição financeira referente ao período correspondente ao atraso.

**13.8** Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação dos fatos geradores e observância dos procedimentos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.9** Quando as alterações contratuais decorrerem de falhas, omissões ou inadequações dos projetos, especificações ou estudos técnicos, deverão ser adotadas as providências necessárias para apuração das responsabilidades dos profissionais responsáveis, bem como para o ressarcimento dos prejuízos eventualmente causados à Administração, nos termos do § 1º do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.10** Nenhuma alteração contratual poderá ser executada sem a prévia formalização do respectivo instrumento legal, exceto nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação vigente.

### **14. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**14.1** É vedada à contratada a cessão, transferência, sub-rogação ou qualquer forma de transferência total do contrato, bem como a transferência de direitos e obrigações dele decorrentes, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

**14.2** A subcontratação parcial de serviços somente será admitida nas hipóteses previstas no edital e no contrato, mediante justificativa técnica e autorização prévia e expressa da contratante, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto e pelas obrigações contratuais assumidas.

**14.3** A eventual autorização para subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada, permanecendo a contratada como única responsável perante o Município pela qualidade dos serviços executados, cumprimento dos prazos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes da contratação.

**14.4** É vedada a transferência do contrato para empresa que não tenha participado do procedimento licitatório ou que não possua as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**14.5** O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.6** Permanecerão sob exclusiva responsabilidade da contratada todos os riscos, obrigações técnicas, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e civis decorrentes da execução do objeto contratado, ainda que autorizada a subcontratação parcial de determinados serviços.

## **15. DA GARANTIA**

**15.1** A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, exigências dos órgãos competentes e demais documentos que integram o presente Projeto Básico.

**15.2** A contratada ficará obrigada a garantir a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção, reparação, reconstrução ou substituição, às suas expensas, de qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

**15.3** Verificada a existência de vícios, defeitos, falhas construtivas, incorreções ou desconformidades na execução da obra, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.4** O recebimento provisório ou definitivo da obra não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, nos termos da legislação vigente.

**15.5** A contratada responderá pela qualidade e desempenho da obra executada durante o prazo legal de garantia previsto no Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

**15.6** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, por ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos,



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



fornecedores ou subcontratados, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pela contratante, nos termos do artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.7** Durante a execução da obra e no período de garantia legal, a contratada permanecerá responsável pela reparação de defeitos decorrentes de materiais inadequados, falhas de execução, vícios construtivos ou quaisquer irregularidades verificadas pela Administração.

**15.8** A garantia dos serviços executados não afasta a aplicação das penalidades administrativas, civis e legais cabíveis, quando constatado descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

## **16. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

**16.1** A fiscalização da execução contratual será exercida por servidores formalmente designados pela autoridade competente, mediante Portaria específica, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 2.701, de 04 de janeiro de 2024, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da obra em todos os seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros.

**16.2** A Secretaria Municipal de Educação SEMED designará Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico da Obra, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços, emissão de relatórios, atesto de medições, registro de ocorrências e demais atribuições previstas na legislação vigente.

**16.3** A fiscalização técnica da obra será exercida pelo Engenheiro Civil do Município, **Sr. André Paulo da Silva Gonçalves**, ou por outro profissional legalmente designado pela Administração, sem prejuízo da contratação de apoio técnico especializado, quando necessário.

**16.4** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução da obra, pela qualidade dos materiais empregados, pelo cumprimento dos prazos, pela segurança dos trabalhadores e pela observância das normas técnicas e legais aplicáveis.

**16.5** A contratada deverá manter permanentemente no local da obra o **Diário de Obra**, devidamente atualizado, numerado e disponível para consulta da fiscalização, sendo sua aquisição, manutenção, guarda e preenchimento de inteira responsabilidade da contratada.

**16.6** O Diário de Obra deverá registrar diariamente os fatos relevantes relacionados à execução dos serviços, servindo como instrumento oficial de comunicação entre a contratada e a fiscalização.

**16.7** Todas as observações, determinações, dúvidas, consultas técnicas, solicitações de providências e demais ocorrências relacionadas à execução da obra deverão ser registradas no Diário de Obra e assinadas pelos responsáveis técnicos da contratada e da fiscalização.

**16.8** Além dos registros rotineiros, a contratada deverá utilizar o Diário de Obra para comunicar imediatamente acidentes, paralisações, intercorrências técnicas, condições climáticas adversas ou quaisquer fatos que possam impactar a execução contratual.

**16.9** Serão obrigatoriamente registrados pela contratada no Diário de Obra:

- I Condições climáticas que interfiram na execução dos serviços;
- II Quantidade de trabalhadores presentes na obra;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- III Serviços executados diariamente;
- IV Entrega e utilização de materiais relevantes;
- V Consultas formuladas à fiscalização;
- VI Conclusão de etapas previstas no cronograma físico-financeiro;
- VII Acidentes de trabalho e respectivas providências adotadas;
- VIII Interrupções ou paralisações dos serviços e suas justificativas;
- IX Ocorrências relacionadas à segurança do trabalho;
- X Demais fatos relevantes para a execução da obra.

**16.10** Serão obrigatoriamente registrados pela fiscalização no Diário de Obra:

- I Avaliação do andamento dos serviços em relação aos projetos, especificações e cronograma;
- II Determinações técnicas e administrativas à contratada;
- III Aprovação ou rejeição de materiais e serviços executados;
- IV Respostas às consultas formuladas pela contratada;
- V Notificações, advertências e orientações expedidas;
- VI Registro de medições realizadas;
- VII Constatação de irregularidades ou inconformidades;
- VIII Demais fatos considerados relevantes para o acompanhamento contratual.

**16.11** A fiscalização poderá determinar a correção, substituição, reconstrução ou refazimento de serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas da ABNT ou demais exigências contratuais, sem qualquer ônus para a Administração.

**16.12** A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, disponibilizar documentos, projetos, ensaios, laudos, relatórios e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução da obra.

**16.13** Considerando tratar-se de obra executada em ambiente escolar, a fiscalização acompanhará especialmente o cumprimento das medidas de segurança, isolamento das áreas de intervenção, sinalização, controle de acesso e proteção dos alunos, servidores e demais usuários da unidade escolar durante toda a execução dos serviços.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**17.1** Executar a obra em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas da ABNT, legislação vigente e demais documentos integrantes do processo.

**17.2** Compor suas propostas e planilhas observando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

**17.3** Entregar tempestivamente ao Fiscal do Contrato e ao Fiscal da Obra as notas fiscais, boletins de medição, relatórios fotográficos, relatórios técnicos e demais documentos necessários à fiscalização e liquidação da despesa.

**17.4** Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária exigida para contratação com a Administração Pública.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**17.5** Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, a ART ou RRT de execução da obra, bem como a comprovação de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras CNO, quando exigido pela legislação vigente.

**17.6** Apresentar mensalmente, sempre que solicitado pela fiscalização, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias relativas aos trabalhadores vinculados à execução da obra.

**17.7** Empregar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações técnicas, normas da ABNT e exigências da fiscalização.

**17.8** Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução da obra, garantindo acompanhamento permanente dos serviços e atendimento imediato às solicitações da fiscalização.

**17.9** Corrigir imediatamente quaisquer falhas, defeitos, vícios, irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

**17.10** Comunicar formalmente ao Fiscal da Obra e ao Gestor do Contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a qualidade, segurança, prazo ou custo da obra.

**17.11** Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos materiais, equipamentos, ferramentas e serviços empregados na execução contratual.

**17.12** Garantir os serviços executados durante o prazo legal previsto na legislação civil e demais normas aplicáveis às obras públicas.

**17.13** Fornecer toda a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, transporte, insumos, instalações provisórias e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.

**17.14** Manter seus empregados uniformizados, identificados mediante crachá funcional e equipados com todos os Equipamentos de Proteção Individual EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva EPC exigidos pela legislação.

**17.15** Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-01, NR-06, NR-10, NR-18, NR-33 e NR-35, quando aplicáveis aos serviços executados.

**17.16** Elaborar, implementar e manter atualizados todos os programas, documentos e medidas de segurança exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária, inclusive PGR, PCMSO e demais documentos obrigatórios.

**17.17** Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução contratual.

**17.18** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela execução da obra.

**17.19** Não interromper os serviços sem prévia autorização da Administração. Qualquer solicitação de paralisação deverá ser formalizada por escrito e devidamente justificada.

**17.20** Executar os serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**17.21** Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao patrimônio público, aos usuários da unidade escolar ou a terceiros em decorrência da execução da obra.

**17.22** Cumprir rigorosamente as especificações dos materiais constantes das planilhas orçamentárias, memoriais e projetos, sendo vedada a utilização de materiais sem aprovação prévia da fiscalização.

**17.23** Providenciar, às suas expensas, todas as licenças, registros, autorizações, taxas e demais exigências legais necessárias à execução da obra.

**17.24** Manter o Diário de Obra permanentemente atualizado e disponível à fiscalização.

**17.25** Permitir livre acesso dos fiscais do contrato, da Controladoria, da Procuradoria, da SEDUC, dos órgãos concedentes, Tribunal de Contas, Ministério Público e demais órgãos de controle ao local da obra e à documentação relacionada à execução contratual.

**17.26** Considerando tratar-se de obra executada em ambiente escolar, adotar medidas permanentes de isolamento, sinalização, controle de acesso, proteção coletiva e segurança, garantindo a integridade física de alunos, professores, servidores, visitantes e trabalhadores.

**17.27** Instalar e manter tapumes, barreiras de proteção, placas de advertência e demais dispositivos necessários para impedir o acesso de pessoas não autorizadas às áreas de intervenção.

**17.28** Impedir o acesso de alunos, servidores e terceiros às áreas de obra mediante isolamento físico adequado, sinalização ostensiva e adoção de medidas preventivas destinadas à eliminação ou mitigação dos riscos inerentes à execução dos serviços.

**17.29** Não permitir o armazenamento inadequado de materiais, equipamentos, ferramentas ou resíduos em locais que ofereçam riscos à comunidade escolar.

**17.30** A subcontratação parcial somente será admitida mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto.

**17.31** Manter canais permanentes de comunicação com a fiscalização e comparecer sempre que convocada pela Administração para tratar de assuntos relacionados ao contrato.

**17.32** Solicitar formalmente o recebimento provisório da obra após a conclusão dos serviços, apresentando toda a documentação exigida, inclusive baixa da ART/RRT, documentação do CNO, manuais, certificados, relatórios e demais documentos necessários ao recebimento definitivo.

**17.33** Elaborar, implementar e cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil PGRCC, promovendo a adequada segregação, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados durante a execução da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

**17.34** Ao final da execução dos serviços, apresentar os projetos As Built, quando houver alterações autorizadas durante a execução da obra, devidamente assinados pelo responsável técnico.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**17.35** Manter cobertura securitária e adotar todas as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores vinculados à execução da obra, responsabilizando-se integralmente por acidentes de trabalho e demais ocorrências decorrentes da atividade desenvolvida.

**17.36** Atender às exigências de fiscalização, acompanhamento, prestação de informações e fornecimento de documentos eventualmente solicitados pela Secretaria de Estado da Educação SEDUC, em razão dos recursos oriundos do Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC.

**17.37** Entregar a obra completamente concluída, limpa, em perfeitas condições de funcionamento, segurança, utilização e acessibilidade, observando todas as exigências legais, técnicas e contratuais.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**18.1** Designar formalmente Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato e Fiscal Técnico da Obra, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente.

**18.2** Fornecer à contratada todas as informações, projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos necessários à adequada execução do objeto contratado.

**18.3** Emitir a Ordem de Serviço após o cumprimento das exigências legais e contratuais necessárias ao início da execução da obra.

**18.4** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital, no Contrato e nos demais documentos que integram o processo.

**18.5** Conferir as medições realizadas, os serviços executados e a documentação apresentada pela contratada, verificando sua conformidade com o contrato, cronograma físico-financeiro, planilhas orçamentárias e nota de empenho.

**18.6** Rejeitar, total ou parcialmente, serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização, exigindo sua correção sem ônus para a Administração.

**18.7** Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas durante a execução da obra, estabelecendo prazo para adoção das medidas corretivas cabíveis.

**18.8** Prestar os esclarecimentos e informações que se fizerem necessários ao bom andamento dos serviços, observadas as competências da fiscalização e da gestão contratual.

**18.9** Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma e nos prazos estabelecidos neste Projeto Básico e no Contrato Administrativo, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais.

**18.10** Aplicar, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.11** Autorizar, quando tecnicamente justificadas e legalmente admissíveis, alterações contratuais,



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Ellus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



paralisações, reinícios de serviços, prorrogações de prazo e demais medidas necessárias à adequada execução do objeto.

**18.12** Registrar e manter atualizados os documentos relativos à fiscalização, medições, comunicações, notificações, ocorrências e demais atos relacionados à execução contratual.

**18.13** Disponibilizar à contratada acesso ao local da obra e às áreas necessárias à execução dos serviços, observadas as normas de segurança e o funcionamento da unidade escolar.

**18.14** Fiscalizar o cumprimento das medidas de segurança, isolamento das áreas de intervenção e proteção da comunidade escolar durante toda a execução da obra.

**18.15** Receber provisória e definitivamente o objeto contratado, observados os procedimentos, requisitos e condições estabelecidos na legislação vigente e neste Projeto Básico.

**18.16** Encaminhar aos órgãos concedentes, órgãos de controle e demais entidades competentes as informações, documentos e relatórios exigidos em razão da execução da obra e da utilização dos recursos oriundos do Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC.

## **19. RECEBIMENTO DA OBRA**

**19.1** Em conformidade com o artigo 140, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação será recebido da seguinte forma:

**I Provisoriamente**, pelo Fiscal da Obra e/ou Fiscal do Contrato, mediante vistoria técnica, emissão de Termo de Recebimento Provisório e verificação preliminar da execução dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da comunicação formal da contratada acerca da conclusão da obra, nos termos do artigo 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**II Definitivamente**, pela Comissão de Recebimento de Obras Públicas ou comissão especialmente designada pela Administração, após a verificação da conformidade da obra com os projetos, especificações técnicas, memorial descritivo, contrato e demais documentos integrantes do processo, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.2** Para fins de recebimento provisório e definitivo, a contratada deverá apresentar toda a documentação exigida pela fiscalização, incluindo, quando aplicável:

- a) Diário de Obra atualizado;
- b) ART/RRT de execução e respectivas baixas;
- c) Certidão de Regularidade da Obra junto aos órgãos competentes;
- d) Cadastro Nacional de Obras CNO regularizado;
- e) Relatórios fotográficos;
- f) Projetos As Built, quando houver alterações autorizadas durante a execução;
- g) Manuais, certificados, laudos, garantias e demais documentos técnicos exigidos pela fiscalização.

**19.3** Os prazos e procedimentos para realização dos recebimentos provisório e definitivo observarão as disposições contratuais, regulamentação municipal vigente e o § 3º do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**19.4** O recebimento provisório não implica aceitação definitiva da obra, nem afasta a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços executados, permanecendo esta obrigada a corrigir eventuais falhas, defeitos ou inconformidades identificadas pela fiscalização.

**19.5** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada da responsabilidade pela solidez, segurança, funcionalidade e qualidade da obra executada, permanecendo responsável, nos termos da legislação vigente, pelos vícios, defeitos ou incorreções eventualmente identificados após a entrega do objeto, conforme disposto no § 6º do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.6** O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com os projetos, especificações técnicas, memorial descritivo, normas da ABNT, contrato ou demais documentos integrantes da contratação.

**19.7** Na hipótese de rejeição dos serviços, a contratada será formalmente notificada para promover os reparos, correções, reconstruções ou substituições necessárias, às suas expensas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis ou outro prazo tecnicamente definido pela fiscalização.

**19.8** Durante o período destinado à correção das inconformidades, ficará suspenso o prazo para emissão do recebimento definitivo.

**19.9** Caso a contratada promova integralmente os reparos e adequações exigidos dentro do prazo estabelecido, será realizada nova vistoria pela fiscalização para verificação da conformidade dos serviços e eventual emissão do respectivo termo de recebimento.

**19.10** Caso a contratada não execute as correções determinadas ou permaneçam inconformidades que comprometam a qualidade, segurança, funcionalidade ou utilização da obra, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, execução de garantias, rescisão contratual e apuração de responsabilidades.

**19.11** Considerando tratar-se de obra executada em unidade escolar, o recebimento definitivo também ficará condicionado à verificação das condições de segurança, acessibilidade, funcionalidade, higiene, salubridade e pleno atendimento às finalidades educacionais da edificação.

**19.12** Somente será considerado concluído o objeto após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração e o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas pela contratada.

## **20. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**20.1** Serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem integralmente às exigências estabelecidas no Edital, neste Projeto Básico, nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes do processo licitatório.

**20.2** Serão desclassificadas as propostas que:

**20.2.1** Não atenderem às exigências contidas no Edital, neste Projeto Básico ou em seus anexos;





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**20.2.2** Apresentarem omissões, inconsistências, vícios, erros ou irregularidades que comprometam a análise, comparação ou julgamento das propostas;

**20.2.3** Não atenderem às especificações técnicas mínimas exigidas para a execução do objeto;

**20.2.4** Apresentarem preços inexequíveis, excessivos ou incompatíveis com os valores de mercado e com os referenciais orçamentários adotados pela Administração;

**20.2.5** Apresentarem quantitativos divergentes dos constantes das planilhas fornecidas pela Administração, quando não admitida sua alteração pelo edital;

**20.2.6** Contiverem preços unitários ou globais superiores aos valores máximos estabelecidos pela Administração, quando assim previsto no instrumento convocatório;

**20.2.7** Não demonstrarem viabilidade técnica ou econômica para a execução integral do objeto;

**20.2.8** Estiverem em desacordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**20.3** A Administração poderá promover diligências para esclarecimento ou complementação de informações constantes das propostas, desde que não resulte na inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, observados os princípios da isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

**20.4** Na análise da exequibilidade das propostas poderão ser solicitadas composições de custos, memória de cálculo, demonstrativos de formação de preços, justificativas técnicas e demais documentos que permitam verificar a viabilidade da execução do objeto nos valores ofertados.

**20.5** O julgamento das propostas observará o critério de **Menor Preço Global**, em regime de **Empreitada por Preço Global**, considerando o conjunto dos serviços necessários à completa execução da obra de Reforma e Ampliação da E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella.

**20.6** A proposta vencedora deverá demonstrar plena capacidade de execução do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência, vantajosidade e interesse público, bem como o atendimento integral às especificações técnicas do empreendimento.

## **21. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**21.1** Poderão participar do certame as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação e que atendam integralmente às exigências estabelecidas no Edital, neste Projeto Básico e em seus anexos.

**21.2** Os licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigida no Edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.3** Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar capacidade para execução do objeto mediante atendimento das exigências legais, técnicas e operacionais estabelecidas no instrumento convocatório.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Ellus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**21.4** O não atendimento das exigências de habilitação ou o descumprimento das condições estabelecidas no Edital e seus anexos acarretará a inabilitação da licitante, observados os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.5** Não poderão participar da licitação:

**21.5.1** Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvadas as hipóteses admitidas pela legislação vigente.

**21.5.2** Empresas que estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.5.3** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**21.5.4** Pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.5.5** Empresas cujos sócios, administradores ou responsáveis legais possuam vínculo que configure conflito de interesses com a Administração Pública.

**21.5.6** Empresas reunidas em consórcio, caso haja vedação expressa e devidamente justificada no Edital.

**21.5.7** Empresas estrangeiras que não atendam às exigências previstas na legislação brasileira e no instrumento convocatório.

**21.6** A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital, incluindo balanço patrimonial, demonstrações contábeis, certidões e demais documentos previstos na legislação vigente.

**21.7** A qualificação técnica deverá demonstrar aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**21.7.1** A empresa licitante deverá possuir registro ou inscrição regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, conforme a natureza dos serviços a serem executados.

**21.7.2** O responsável técnico indicado pela licitante deverá possuir registro profissional regular junto ao CREA ou CAU e comprovar vínculo com a empresa licitante na forma admitida pela legislação vigente.

**21.7.3** A capacidade técnico-operacional e técnico-profissional será comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico CAT, quando exigíveis, demonstrando experiência compatível com as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra.

**21.7.4** As parcelas de maior relevância técnica serão definidas no Edital e deverão corresponder aos serviços considerados essenciais para a execução da Reforma e Ampliação da E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**21.7.5** Os atestados apresentados deverão demonstrar que a licitante possui experiência compatível em características, quantidades e complexidade com os serviços que compõem o objeto da contratação, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.8** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações relativas à habilitação dos licitantes, desde que não impliquem inclusão de documento que deveria constar originalmente da documentação apresentada.

**21.9** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada nos prazos e condições estabelecidos no Edital, sob pena de inabilitação, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e da vinculação ao instrumento convocatório.

**21.10** A habilitação dos licitantes observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **22. DAS PENALIDADES**

**22.1** A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes):

**I.** Advertência;

**II.** Multa moratória, nos seguintes percentuais:

**a.** No atraso injustificado da execução do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);

**b.** Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);

**c.** No caso de atraso injustificado para a execução do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;

**d.** Na hipótese de atraso injustificado para execução do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato;

**e.** Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

**f.** Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**III.** Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

- a.** Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- b.** Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- c.** Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

**IV.** Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, III da Lei nº 14.133/21, por prazo não superior a 3 (três) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas, de acordo com o § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/21;

**V.** Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/21;

**22.2** A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**22.3** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

**22.4** Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**22.5** Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que a enseja, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**22.6** As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

**22.7** Será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o exaurimento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

**22.8** Os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Município de Chupinguaia para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços, observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes.

**22.9** As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Chupinguaia, Suspensão Temporária de Participar em Licitação ou que sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.



## **23. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**23.1** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas.

**23.1.1** O balanço deve ser apresentado com o pertinente Termo de Abertura e Encerramento, devidamente REGISTRADO E/OU AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.

**23.1.2** No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

**23.1.3** Comprovação de Patrimônio Líquido (para licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (para licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

## **24. DA VISITA AO LOCAL DA OBRA PELAS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CERTAME**

**24.1** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

**24.2** Considerando tratar-se de obra executada em unidade escolar em funcionamento, a vistoria técnica permitirá às licitantes conhecerem as condições operacionais do ambiente, os acessos, as áreas de intervenção, as medidas de segurança necessárias e as restrições relacionadas à proteção da comunidade escolar.

**24.3** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**24.4** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**24.5** A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**24.6** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**24.7** É vedada a visita técnica por mais de um representante de licitante no mesmo dia e horário.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**24.8 Os aspectos que as licitantes julgarem duvidosos dando margem à dupla interpretação, ou omissos nas especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização devidamente formalizados e elucidados antes da licitação da obra/serviços.** Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

## **25. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**

**25.1** A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico- operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome da empresa licitante, comprovando a execução de obras ou serviços de engenharia com características, complexidade tecnológica e operacional compatíveis com o objeto desta contratação.

**25.2** Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis com a Reforma e Ampliação de edificação pública, abrangendo, conforme as parcelas de maior relevância definidas no Edital, serviços de estrutura, cobertura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, revestimentos, pisos, esquadrias, pintura e demais serviços correlatos de engenharia.

**25.3** A comprovação da capacidade técnico- operacional será realizada mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitindo-se o somatório de atestados para demonstração da experiência exigida, desde que comprovada a compatibilidade com o objeto licitado.

**25.4** Será admitida a apresentação de atestado único, desde que este demonstre a execução de obra ou serviço com características técnicas e construtivas compatíveis com o objeto da presente contratação.

**25.5** Os atestados deverão conter, no mínimo, a identificação do contratante, da contratada, do responsável técnico, do objeto executado, local da execução, período de realização dos serviços e demais informações necessárias à verificação da compatibilidade técnica com o objeto licitado.

**25.6** A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, contratos, termos de recebimento, medições ou outros elementos que comprovem a efetiva execução dos serviços declarados.

**25.7** A exigência de capacidade técnico- operacional observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, vedadas exigências excessivas ou restritivas que possam limitar indevidamente a participação de licitantes.

## **26. DOS EQUIPAMENTOS**

**26.1** Caberá ao Construtor, fornecer e conservar os equipamentos mecânicos e o ferramental necessário, contratar mão-de-obra em quantidades e qualificações necessárias, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários e encarregados, que assegurem progresso satisfatório das obras, bem como, prover com os materiais necessários;

**26.2** Deverá ainda ao Construtor, aplicar todas as normas regulamentadoras, seja de natureza técnica nos serviços a serem executados e aprovados pela ABNT, como também àquelas relativas à medicina, segurança e



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



proteção ao trabalho a todos os seus contratados e durante o período em que durar o contrato, estabelecidos através de normas de segurança pelo Ministério do Trabalho;

**26.3** Todos os equipamentos antes do início da execução da obra deverão ser examinados pela fiscalização da prefeitura.

## **27. GARANTIA CONTRATUAL**

**27.1** A Licitante vencedora do certame **deverá prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento)** do seu valor total contratado à Prefeitura Municipal de Chupinguaia no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no caput do Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º do Art. 96 da Lei 14.133/21.

**27.2** De acordo com o Art. 97 da Lei 14.133/21, o seguro- garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as regras nas contratações regidas por esta Lei, sendo:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro- garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**27.3** Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

**27.4** A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 9.1 deste Termo de Referência;

**27.5** A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

## **28. RELATIVOS À CAPACIDADE TÉCNICO - PROFISSIONAL**

**28.1** Comprovação da capacitação Técnico - Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação.

**28.2** O profissional que assinar como responsável técnico não poderá ser substituído sem justificativa por escrito e expressa anuência da administração municipal.

## **29. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**29.1** Este **Projeto Básico** foi elaborado com base em legislação vigente, na Lei 14.133/21 e normativas internas do município de Chupinguaia, os casos nele omissos, poderão ser dirimidas pelas cláusulas contratuais e/ou pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21, combinado com o inciso XIX, do artigo 92, do mesmo diploma legal.

**29.2** Quando se tratar de obra executada em ambiente escolar em funcionamento, deverão ser observadas, ainda, as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), as recomendações expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização, bem como as normas de segurança e proteção aplicáveis à comunidade escolar.

### **30. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO**

**30.1** A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na **modalidade Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento pelo **menor preço global** e regime de execução por empreitada por **preço global**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de obra de engenharia com escopo previamente definido, projetos executivos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico- financeiro elaborados pela Administração.

**30.2** O critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se pela necessidade de execução integral e integrada do objeto, garantindo compatibilidade entre os serviços, controle dos custos e eficiência na gestão contratual.

**30.3** O regime de execução por empreitada por preço global é o mais adequado para a presente contratação, considerando que os quantitativos e especificações técnicas encontram-se devidamente definidos nos projetos e documentos que integram o processo administrativo.

**30.4** A licitação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

### **31. CLÁUSULA DE LIVRE ACESSO PORTARIA INTERMINISTERIAL**

#### **31.1 Fundamentação Legal**

A presente contratação está vinculada à **Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016**, que:

- Estabelece normas para execução do disposto no **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**, relativo às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- Revoga a **Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011**;
- Regulamenta procedimentos de transparência, fiscalização e prestação de contas dos recursos transferidos;
- Dispõe sobre as condições de acesso dos órgãos de controle e da sociedade às informações sobre a execução dos convênios e contratos de repasse.

#### **31.2 Cláusula de Livre Acesso**

Nos termos da Portaria Interministerial nº 424/2016, **o contratado deverá garantir livre acesso às informações e documentos relacionados à execução do objeto contratado a:**

- Órgãos de controle interno e externo (CGU, Tribunal de Contas, Ministérios, etc.);
- Equipes técnicas da Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- Eventuais auditorias e inspeções solicitadas pelos órgãos competentes;
- Sociedade civil, quando previsto por lei ou regulamentação, garantindo transparência e publicidade.

### **31.3 Obrigações do Contratado**

- Manter registros completos e atualizados da execução do contrato;
- Fornecer documentos e informações solicitadas no prazo legal;
- Facilitar inspeções, auditorias e visitas técnicas sem embaraços;
- Cooperar integralmente com a fiscalização e órgãos de controle.

### **31.4 Consequências do Não Cumprimento**

O descumprimento desta cláusula poderá ensejar:

- Advertência formal;
- Multas contratuais, se previstas;
- Rescisão contratual por inadimplência;
- Responsabilização administrativa, civil e/ou criminal do contratado, conforme a legislação vigente.

## **32. DO FORO**

**32.1** Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

## **33. DOCUMENTOS ANEXOS**

[PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA 1 de 10/06/2026 \(ID 861486\)](#)  
[Memorial Descritivo 1 de 10/06/2026 \(ID 861489\)](#)  
[MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 1 de 10/06/2026 \(ID 861490\)](#)  
[PLANILHA DE RESUMO 1 de 10/06/2026 \(ID 861505\)](#)  
[Planilha Orçamentária 1 de 10/06/2026 \(ID 861510\)](#)  
[Memorial de Cálculo 1 de 10/06/2026 \(ID 861518\)](#)  
[Composição de Custos Analíticas 1 de 10/06/2026 \(ID 861530\)](#)  
[CURVA ABC 1 de 10/06/2026 \(ID 861535\)](#)  
[Cronograma Físico- Financeiro 1 de 11/06/2026 \(ID 861923\)](#)  
[Composição Analítica do B.D.I 1 de 11/06/2026 \(ID 861939\)](#)  
[ART - Anotação de Responsabilidade Técnica 1 de 11/06/2026 \(ID 862073\)](#)  
[ART - Anotação de Responsabilidade Técnica 2 de 11/06/2026 \(ID 862075\)](#)  
[Relatório Fotográfico- Antes 1 de 11/06/2026 \(ID 862105\)](#)  
[Coordenadas Geográficas 1 de 11/06/2026 \(ID 862125\)](#)  
[PLANO DE TRABALHO 12 de 11/06/2026 \(ID 862304\)](#)  
[Termo de Convênio nº 215/2026/PGE-SEDUC de 11/06/2026 \(ID 862322\)](#)  
[CONTA Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e de 11/06/2026 \(ID 862331\)](#)  
[Extrato Extrato de Conta Corrente - SEM SENHA de 11/06/2026 \(ID 862359\)](#)  
[Extrato de Convenio ATUALIZADO de 11/06/2026 \(ID 862646\)](#)  
[Laudo Elétrico de 15/06/2026 \(ID 864434\)](#)  
[PROTOCOLO COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE PROJETO Protocolo: 931 de 15/06/2026 \(ID 864435\)](#)  
[Comprovante 020 - COMPROVANTE DE PROCESSO CBMRO de 15/06/2026 \(ID 864436\)](#)  
[DECLARAÇÃO DECLARAÇÕES UNIFICADAS 1 de 15/06/2026 \(ID 864437\)](#)  
[CERTIDÃO AMBIENTAL nº: 2025FPOUX6PO de 15/06/2026 \(ID 864438\)](#)

## **34. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**34.1** Os serviços serão executados em conformidade com o presente Projeto Básico, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Projetos Executivos, Planilha Orçamentária e Quantitativa, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo e demais documentos que integram o processo administrativo da contratação.

**34.2** Eventuais alterações contratuais poderão ocorrer durante a execução da obra, desde que observados os requisitos legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica fundamentada, manifestação dos setores competentes, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

**34.3** A Contratada deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando as normas técnicas aplicáveis, as determinações da fiscalização, as exigências de segurança do trabalho, as normas ambientais e as disposições legais pertinentes à execução de obras públicas.

**34.4** Por se tratar de obra executada em unidade escolar em funcionamento, a Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança da comunidade escolar, dos trabalhadores e de terceiros, observando as disposições previstas neste Projeto Básico, no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, bem como as recomendações expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização.

**34.5** Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos legais, os projetos, memoriais, planilhas, cronogramas, especificações técnicas, estudos e demais documentos que compõem o processo administrativo da contratação.

**34.6** O presente Projeto Básico foi elaborado em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade e interesse público, constituindo documento hábil para subsidiar a contratação pretendida pela Administração Municipal.

**34.7** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e orientações dos órgãos de controle interno e externo.

Aprovado por:

**Maria Candida Gurgel**

Secretária Municipal de Educação- SEMED

Matricula n.º 405690

Elaborado por:

**Alexandro Garcia Siqueira**

Matricula n.º 202006

Cargo: Serviços Gerais

**Chupinguaia RO, 08 de junho de 2026.**





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO II**

### **CONCORRÊNCIA Nº 13/2026**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1135/2026**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL E.M.E.I.E.F. VALTER JOSÉ ZANELLA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 1.115,20 M<sup>2</sup>, LOCALIZADA NA RUA ULISSES GUIMARÃES, QUADRA 07, LOTE 01-B, DISTRITO DE GUAPORÉ – MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA – RO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA

**O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA - ESTADO DE RONDÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Prefeitura, localizada na Avenida Valter Luiz Filus, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº. 023.856.642-08, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ sede \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Srº. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG Nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente instrumento.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.2.1.** O Projeto Básico;

**1.2.2.** O Edital da Licitação;

**1.2.3.** A Proposta do contratado;

**1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

#### **1.4 - FORMA, LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**Conforme o estabelecido nos itens 7, 9, 10, 19, 24 e 26 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do **contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos** contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado se necessário, mediante Termo de Aditamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O período de **execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, prorrogado se necessário mediante Termo de Aditamento.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, será de empreitada por preço global, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **3.2. MATRIZ DE RISCO**

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Evitar sobrepreço e superfaturamento quando das execuções contratuais;
- b) Prevenir e reprimir práticas corruptas, práticas fraudulentas, práticas colusivas ou práticas obstrutivas nos processos de contratação pública;
- c) Garantir que a contratação pública constitua efetivo instrumento de fomento da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica;

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Falta de mão de obra qualificada;
- b) Atraso na execução e possível sofrimento de sanção administrativa;
- c) Atraso no pagamento;

3.2.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 25% para a contratante e 75% para o contratado:

- a) Objeto mal executado, ou executado fora dos padrões exigidos no projeto básico;
- b) Aplicação de material de baixa qualidade nas obras públicas;
- c) Atraso injustificado na execução.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



4.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitida somente em casos excepcionais e devidamente justificada nos autos mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal;

4.1.1. A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato

4.1.2. A subcontratação admitida nos casos excepcionais depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.3. Para cumprimento do previsto no subitem anterior o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2. É vedada qualquer subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. A Contratante pagará à contratada pelos serviços o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, de acordo com as medições e nos termos estabelecidos no cronograma físico-financeiro. Sendo da seguinte forma:

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do Orçamento Estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no Projeto Básico ID 859317.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Ellus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



$R = V (I I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

**Conforme o estabelecido no item 18 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**Conforme o estabelecido no item 17 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.**

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme a seguir:

a) A Licitante vencedora do certame deverá prestar garantia relativa ao percentual de **5% (cinco por cento)** do seu valor total contratado à **Prefeitura Municipal de Chupinguaia** no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no caput do Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º do Art. 96 da Lei 14.133/21.

b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual, sendo facultativos a prestação da caução em dinheiro, em título da Dívida Pública, Carta de Fiança Bancária ou Seguro-Garantia, caso não haja manifestação da CONTRATADA nem a escolha expressa de nenhuma das opções anteriormente descritas, o valor correspondente será deduzido quando ocorrer o pagamento da primeira parcela, devendo permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato;





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



c) De acordo com o Art. 97 da Lei 14.133/21, o seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as regras nas contratações regidas por esta Lei, sendo:

I – O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II – O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 9.1 do Termo de Referência.

f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b) Acompanhar a execução do contrato principal.
- c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e/ou por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 0, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.18. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico.

11.18.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **IV. Multa:**

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

2. moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

**020701 - ATIVIDADES DO ENSINO BASICO**

**12.361.0037.1984.0001 - TERMO DE CONVÊNIO Nº 215/2026/PGE-SEDUC-REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA VALTER JOSÉ ZANELLA**





#### **4.4.90.51.99 - OUTRAS OBRAS E INSTALACOES**

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO LIVRE ACESSO**

18.1. Em atendimento a portaria interministerial 424/2016,

*“Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo”.*

§ 1º - O contratado concede livre acesso aos servidores do (controle externo e interno), documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

19.1. As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



19.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Chupinguaia - RO, 27 de junho de 2026.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

**Função**

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável**

Nome do Responsável  
**Secretário (a) Municipal**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**Procurador Geral.**

**Visto:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



### ANEXO III

#### ANEXO III – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

##### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 13/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

**Observação:** Aplicar o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES - CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei no 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

#### **1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

1.1. A empresa vencedora do certame deverá anexar no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), até 03 (três) horas após o encerramento da disputa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, e as documentações de habilitação descritas no subitem 1.2. (sob pena de inabilitação) pelo não envio no prazo estipulado, sendo que somente em casos excepcionais e devidamente justificado será permitido o envio dos mesmos pelos e-mail: [cplmochupinguaia@hotmail.com](mailto:cplmochupinguaia@hotmail.com).

**Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:**

#### **1.2. HABILITAÇÃO:**

Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
--

Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou
---

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de
---



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou
Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou
Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
a) Comprovação da capacitação Técnico- Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação.
b) O profissional que assinar como responsável técnico não poderá ser substituído sem justificativa por escrito e expressa anuência da administração municipal.
a) Comprovação de a licitante possuir aptidão para desempenho de atividade pertinente, por meio de atestados de capacidade técnico- operacional, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado com identificação, em nome da Licitante, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico CAT, expedidas por esse Conselho.
b) A comprovação de capacidade técnica- operacional poderá ser efetuada mediante a apresentação de um único atestado, desde que a obra objeto do atestado contemple as características do objeto ora licitado.
a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas.
b) O balanço deve ser apresentado com o pertinente Termo de Abertura e Encerramento, devidamente REGISTRADO E/OU AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.
c) No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.
d) Comprovação de Patrimônio Líquido (para licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (para licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.
Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



equivalente, na forma da Lei;
Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">www.tst.jus.br/certidao</a>
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR)
Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, junto ao Conselho competente, em validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho Regional;
Certidão de Registro e Quitação de Profissionais de Níveis Superiores – devidamente registrados junto ao Conselho Regional competente, em validade.
Comprovação do licitante de possuir em seu quadro funcional técnico, vínculo empregatício com profissionais de níveis superiores, qualificados e habilitados na área de atuação. <b>Comprovado em conformidade com os subitens 1.7. e 1.8. deste anexo;</b>
Termo de Compromisso, conforme modelo Anexo IV
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à sua Habilitação, conforme modelo constante do Anexo V.
Atestado de Visita ao Local da Obra, conforme modelo constante do Anexo VI ou Anexo IX, ou ainda Anexo XI;
Declaração de Cumprimento as Disposições Concernentes a NR-18, conforme modelo Anexo VII
Declaração do Menor de Acordo Com o Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo Anexo VIII.
Declaração de Visita ao Local da Obra, conforme modelo constante do Anexo IX ou Anexo VI, ou ainda Anexo XI.
Declaração de não ter efetuado Visita ao Local da Obra, conforme modelo constante do Anexo XI, ou Anexo VI, ou ainda Anexo IX.
Declaração de Inexistência de Servidores Públicos no Quadro de Pessoal, conforme modelo constante do Anexo XII
Relação explícita e declaração formal da disponibilidade de equipamentos, aparelhamentos, escritório (local, endereço, telefone p/ contato, email eletrônico) e dos profissionais de nível superior e nível médio adequado e disponível para a realização dos serviços, objeto da presente licitação, nos termos e exigências deste Edital, bem como a qualificação de cada um e suas atribuições na execução dos trabalhos (em modelo próprio da licitante).
Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral). <b>Comprovado em conformidade com os subitens 1.5. e 1.6. deste anexo.</b>

1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. **O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho de Contabilidade.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial.

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

III. Sociedades sujeitas ao regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

IV. Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

1.4. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, devendo obter resultado superior a 1 (um):

$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$
--

$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$
---

$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
--

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos, juntado ao balanço.

**1.5. Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral).**

1.6. Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total estimado para contratação objeto desta licitação, previsto no projeto básico, que é de **333.463,64 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos).**

1.7. Documento comprovando que a equipe técnica, constante nas Certidões de Acervo Técnico apresentadas, integrará o quadro da empresa na data da entrega da proposta, por meio de uma das seguintes formas:

I. Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II. Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;

III. Diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

IV. Contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



V. Certidão do CREA/CAU; ou

VI. Declaração através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

1.8. Os profissionais indicados pela empresa somente poderão participar como responsáveis técnicos por apenas 01 (uma) empresa, sendo **inabilitadas as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função.**

**Observação 1: Será aceito a comprovação através de Acervo ou Atestado que contenha serviços relacionados à recuperação de áreas em fitofisionomia de florestas de qualquer natureza.**

**Observação 2: Em nenhuma hipótese será aceito Atestado de Capacidade Técnica da Empresa para a própria Empresa ou Certidão de Acervo Técnico do Profissional para o próprio Profissional sob pena de inabilitação/desclassificação.**

**1.10. Atendendo as normas dos Convênios Federais e Estaduais como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.**

a) Serão consultados, pelo Agente de Contratação, para fins de habilitação e constitui meio de provas:

**I. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));**

**III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))**

b) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**b.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**b.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**b.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**b.4.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**OBS. Com o advento da Lei nº 13.726/2018, a autenticação cartorária deixa de ser obrigatória, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade:**

**1.11.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda autenticada por servidor da Administração Pública de qualquer das esferas públicas.

**1.11.1.** Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à agilizar os procedimentos de análise da documentação.

**1.12.** O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**1.13.** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

**1.14.** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



#### **ANEXO IV**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 13/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

#### **PROJETO EXECUTIVO**

- Planilhas Orçamentárias
- Cronograma de execução Físico Financeiro

Obs.: As planilhas, Memorial Descritivo, Cronogramas e demais anexos que compõe a execução serão disponibilizados no portão da transparência. Endereço eletrônico: <https://transparencia.chupinguaia.ro.gov.br/transparencia/>



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO V**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 13/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1135/2026.**

#### **TERMO DE COMPROMISSO**

Ilmo. Sr.: Magno Barbosa da Silva Ferreira

DD.: Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL da Prefeitura do Município de Chupinguaia – RO

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, propomo-nos a executar, os serviços de que trata o Edital de Concorrência nº 13/2026 pelos preços constantes de nossa PROPOSTA DE PREÇOS, de acordo com os Quadros de Quantitativos especificados no referido Edital.

DECLARAMOS AINDA, QUE:

- a) Iniciaremos os serviços dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados sem interrupção da data do recebimento da Ordem de Serviços;
- b) Assumiremos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos prazos propostos e que nos sujeitamos às condições estabelecidas no Edital;
- c) Reconhecemos à Prefeitura do Município de Chupinguaia, o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados;
- d) Concordamos em firmar o contrato para a execução dos serviços ora licitados de acordo com a nossa proposta, pelos respectivos preços, se para isso formos notificados pela Prefeitura Municipal;
- e) A validade da nossa proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados a partir da presente data.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO VI**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

**PROCESSO Nº. 1135/2026.**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ. Sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO VII**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.** **PROCESSO Nº. 1135/2026.**

#### **ATESTADO DE VISITA**

Pelo presente termo de comprovação de visita a Prefeitura Municipal de Chupinguaia – RO, representada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, através de seu secretário, \_\_\_\_\_, Atesta que a empresa \_\_\_\_\_, através do Sr(a). \_\_\_\_\_, devidamente registrado no CREA/CAU sob Nº. \_\_\_\_\_, visitou o local da realização da obra, objeto do Edital de Concorrência nº 13/2026 e tomou pleno conhecimento das condições do mesmo.

Declaramos ainda em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, que recebemos todos os documentos, e, quando exigido, de que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Chupinguaia – RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Secretaria Municipal de Educação - SEMED**

**RECEBIDO:**

**Empresa:**

**CNPJ Nº:**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**ANEXO VIII**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**  
**PROCESSO Nº. 1135/2026.**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS DISPOSIÇÕES CONCERNENTES A NR-18**

Ilmo. Sr.: Magno Barbosa da Silva Ferreira

DD.: Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL da Prefeitura do Município de Chupinguaia – RO.

Declaramos pela presente de que, caso a nossa Empresa seja vencedora do certame, referente ao Edital de Concorrência nº 13/2026, de que, cumprimos fielmente as disposições concernentes a NR-18, Norma Regulamentadora, que estabelece diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO IX**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

**PROCESSO Nº. 1135/2026.**

## **DECLARAÇÃO**

### **DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: nº \_\_\_\_\_, sediada a \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_, (município), declara, em atendimento ao exigido no Edital de Licitação de **Concorrência nº 13/2026**, que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, e nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o **Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO X**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

### **PROCESSO Nº. 1135/2026.**

### **DECLARAÇÃO DE VISITA**

Declaramos ter pleno conhecimento do **Edital**, submetendo-nos às condições nele estabelecidas.

Declaramos que realizamos visita aos locais onde se desenvolverão os serviços, da natureza do escopo dos mesmos, conhecendo todas as condições e eventuais dificuldades para a sua execução.

Declaramos ainda em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, que recebemos todos os documentos, e, quando exigido, de que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Empresa \_\_\_\_\_

CNPJ/MF \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Engenheiro/Arquiteto da Empresa.





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO XI - A**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

### **PROCESSO Nº. 1135/2026.**

### **CARTA PROPOSTA**

Senhor Presidente

Encaminhamos a esse Departamento de Licitação, da Prefeitura Municipal de Chupinguaia - RO, nossa Proposta em anexo, referente à Licitação em epígrafe, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO.

Nossa Proposta tem como preço global fixado em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente ao valor da remuneração dos eventuais serviços prestados, calculado com base nos valores anexos à Planilhas Orçamentárias da Administração, previstos para a presente contratação.

O prazo de execução do objeto deste Projeto Básico será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, o qual será contado a partir do dia útil seguinte ao recebimento da Ordem de Serviço, pela Contratada, expedida pelo Gestor do Contrato, somente podendo ser prorrogado por interesse da administração pública desde que previamente acordado entre as partes interessadas.

O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de recebimento das propostas pela comissão de licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o CONTRATO no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, (qualificação na empresa), inscrito(a) no RG nº: \_\_\_\_\_ e no CPF nº: \_\_\_\_\_, como representante legal da empresa.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**ANEXO XI - B**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

**PROCESSO Nº. 1135/2026.**

**CARTA PROPOSTA**

Nome Fantasia:  
Razão Social:  
CNPJ:  
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )  
Endereço Completo:  
Fone/Fax: (XX)  
E-MAIL:  
Inscrição Estadual:  
Inscrição Municipal:  
Conta Corrente nº.:  
Agência nº.:  
Banco:  
Nome completo do responsável legal da empresa:  
RG:  
CPF:

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m², localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO, assim como segue:

Valor Total R\$: 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M.E.I.E.F. VALTER JOSE ZANELLA COM UMA ÁREA DE INTERVENÇÃO TOTAL DE 1.115,20M², LOCALIZADO NA RUA ULISSES GUIMARAES, QUADRA 07, LOTE 01-B, DISTRITO DO GUAPORÉ, CHUPINGUAIA-RO/TERMO DE CONVENIO NO 215/2026/PGE-SEDUC	1	SERV	1.613.392,77	1.613.392,77

A empresa \_\_\_\_\_ declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**Prazo de validade da proposta:** 60 dias.

**Prazo/Forma e Local de Execução:** Não superior a **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da data de emissão da Ordem de Serviços.

**Vigência do Contrato:** O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos** contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado se necessário, mediante Termo de Aditamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Condições de Pagamento:** Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os encargos fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguro e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis para a execução do objeto desta licitação, sendo que o valor do contrato resultante da presente licitação será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA de acordo com a apresentação da Nota Fiscal e Medição correspondente a cada etapa, devidamente atestada e aferida pela fiscalização e Comissão de Recebimento de obras do Município de Chupinguaia e processada segundo a legislação vigente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO XII**

### **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.** **PROCESSO Nº. 1135/2026.**

### **DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA**

Declaramos ter pleno conhecimento do **Edital**, submetendo-nos às condições nele estabelecidas.

Declaramos que não realizamos visita aos locais onde se desenvolverão os serviços, da natureza do escopo dos mesmos, porém tomamos conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços desta concorrência, e nos responsabilizamos por eventuais imprevistos que venha a ocorrer em virtude da falta de visita técnica.

Declaramos ainda em cumprimento ao parágrafo 3º do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, que recebemos todos os documentos, e, quando exigido, de que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Empresa \_\_\_\_\_

CNPJ/MF \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa.



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



### ANEXO XIII

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS NO QUADRO DE PESSOAL

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.

### PROCESSO Nº. 1135/2026.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: nº \_\_\_\_\_, sediada a \_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_, (município), declara sob as penas da Lei, em atendimento ao exigido no Edital de Licitação de **Concorrência nº 13/2026**, que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo do Município de Chupinguaia – RO, ou Sociedade de Economia Mista do Órgão Contratante, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa





**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO XIV**

### **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.** **PROCESSO Nº. 1135/2026.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_ (endereço completo)\_\_\_\_, (município), Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, através de seu representante legal abaixo assinado, com cumprimento na Lei e do Edital DECLARA, sob as penas da lei, que: Está apta a tomar parte do processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como que até a presente data não sofreu quaisquer punições junto a Prefeitura Municipal de Chupinguaia – RO.

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



## **ANEXO XV**

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO – ART. 59-A DO ECA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026.**

**PROCESSO Nº. 1135/2026.**

Declaramos, para os devidos fins, que esta empresa tem pleno conhecimento das disposições contidas no art. 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a exigir, manter e atualizar, a cada 6 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores vinculados à execução contratual, sempre que houver atuação com crianças e adolescentes.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....

(Assinatura do representante legal e carimbo)

**Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**

**Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”**



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 13/2026**

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 13/2026**, na forma Eletrônica, do tipo **Empreitada por Preço Global**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental E.M.E.I.E.F. Valter José Zanella, com área total de intervenção de 1.115,20 m², localizada na Rua Ulisses Guimarães, Quadra 07, Lote 01-B, Distrito de Guaporé – Município de Chupinguaia – RO. Processo Administrativo nº **1135/2026**. Valor Total R\$: 1.613.392,77 (um milhão, seiscentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos). Início para cadastro de propostas: **08:00 horas do dia 02 de julho de 2026**; data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 23 de julho de 2026**; horário de Brasília – DF, local [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Informações Complementares no Portal [www.chupinguaia.ro.gov.br](http://www.chupinguaia.ro.gov.br), ou telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

Chupinguaia, 01 de julho de 2026

**SINDOVAL GONÇALVES**  
Agente de Contratação



**PODER EXECUTIVO**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA**  
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO  
CNPJ: 01.587.887/0001-29



**À**  
**PROCURADORIA**

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital da Concorrência na sua forma Eletrônica n.º 13/2026, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Em, 01 de julho de 2026

**SINDOVAL GONÇALVES**  
**Agente de Contratação**